

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 086

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE AGOSTO DE 1999
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Ofício nº 359/99 GL/PFL

Curitiba, 03 de agosto de 1999.

Senhor Presidente.

Com a licença do Deputado Marcos Isfer, informo a Mesa Executiva desta Casa, que o novo membro da Comissão de Constituição e Justiça, é o Deputado Plauto Miró, e como seu suplente, o Deputado Luiz Carlos Martins.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 421/97, tendo em vista que o mesmo já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) **DURVAL AMARAL**

REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 340/99, de minha autoria, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Palotina, vez que é objeto da Lei nº 12.598/99.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) **ADEMIR BIER**

REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, que o Salão Nobre desta Casa de Leis seja destinado no dia 30 de agosto do corrente ano, às 18:30, para o lançamento do livro "Maurício Freut um brasileiro cordial", de autoria dos Jornalistas Hugo Santana e Sandra Pacheco.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) **ORLANDO PESSUTI**

REQUERIMENTO Nº 1623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Renato Canan, do Município de São João,

com votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Alaídes Fridrichsen.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da Senhora Alaídes Fridrichsen, deixou consternada a população de São João. Há muitos anos residindo no Município, mãe e avó exemplar, dei-xará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda bondade, lealdade e amizade.

Dona Alaídes, mãe da Senhora Lúcia Canan, esposa do ex-prefeito de São João, Renato Canan, soube em vida cativar simpatias e respeito. Por isso, nem mesmo as questões políticas, impediam um bom relacionamento com quase todos os setores da comunidade. As pessoas que conviveram com ela, principalmente sua família, que nesse momento res-sente-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ela foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Olívio Ferrarini, pai do ex-Prefeito do Município de Cidade Gaúcha, falecido no último dia 29 de julho, no Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal André Franco Montoro, no dia 16 de julho do corrente, na Cidade de São Paulo, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

André Franco Montoro teve uma vida política bastante ativa: foi procurador de Justiça do Estado de São Paulo durante o período de 1940 a 1950, foi eleito vereador em 1950, Deputado Estadual durante 1955 e 1959, Ministro do Trabalho e Prev-

idência Social do Governo João Goulart entre os anos de 1961 e 1962, Deputado Federal entre os anos de 1959 e 1963, 1963 a 1967 e 1967 a 1971, Senador durante 1971 até 1979, Governador do Estado de São Paulo entre os anos de 1983 e 1987, sendo um dos criadores do Movimento "Diretas Já" (1984), e atualmente era Deputado Federal pelo PSDB, eleito em 1995 e reeleito em 1998.

Franco Montoro deixa sua marca na história do país como político coerente, honesto e digno. Para ele, os inimigos políticos eram considerados adversários e deveriam ser tratados com o devido respeito.

Líder obstinado pela causa democrática, lutou pela construção e crescimento do regime no Brasil, transformando o perfil político de nosso país e participando da fundação do PSDB em 1990.

Sua memória merece ser reverenciada sempre que possível com respeito e admiração, levando adiante os valores da sua nobre causa: manter a democracia brasileira na trajetória por ele aberta.

REQUERIMENTO Nº 1609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente Sessão Plenária votos de congratulação, pelo 145º Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná, a se realizar às 15:00 horas, do dia 12 de agosto de 1999, no Plenário desta Casa de Leis.

Pelo acima exposto e pela importância do convite, esperamos contar com o devido apoio dos nossos Pares nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações à comunidade do Município de Marechal Cândido Rondon, pelas comemorações do 39º aniversário de emancipação político-administrativa, realizada de 21 a 25/07 no Parque de Exposições Álvaro Dias.

O Deputado requer ainda um voto de congratulações ao Prefeito Municipal Aríston Limberger, ao vice-Prefeito Renato Kaefer, a todos os Secretários Municipais e às entidades organizadas de Marechal Cândido Rondon pela organização do evento e pelos resultados alcançados.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações à comunidade do Município de Matelândia, pelas comemorações do 39º aniversário de emancipação político-administrativa, realizadas no dia 25 de julho.

Sala das Sessões, 03.08.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações à comunidade do Município de Missal, pelas comemorações do 36º aniversário de emancipação político-administrativa, realizadas no dia 25 de julho.

O Deputado requer ainda um voto de congratulações ao prefeito municipal Laci Giehl, ao vice-Prefeito Plínio Stuari, a todos os secretários municipais pelo trabalho que vem sendo realizado em prol da comunidade de Missal.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações à comunidade do Município de Medianeira, pelas comemorações do 39º aniversário de emancipação político-administrativa, realizadas no dia 25 de julho.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1633

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Jornalista Rosy de Sá Cardoso, Editora de Turismo do Jornal Gazeta do Povo, pela comemoração, em data de hoje, dos 30 anos de Colunismo de Turismo.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Rosy de Sá Cardoso, Jornalista pioneira do Paraná, com 51 de Jornalismo, está comemorando em data de hoje (03/08/99), 30 anos de Colunismo de Turismo.

Sua trajetória nestas três décadas foi brilhante e não só ela mas todos nós leitores paranaenses temos muito a comemorar, pois sua coluna é sempre um marco dentro do jornal. Iniciou em 1948, como colunista social dos Jornais "O Dia" e "O Estado do Paraná". A sua primeira página de turismo foi publicada em 03 de agosto de 1969, quando ela já contava com mais de 20 anos de profissão, no extinto "Diário do Paraná". A página de turismo do Diário não deixou de circular nenhum dia até dezembro de 1976. No dia 2 de janeiro de 1977, Rosy já escrevia para a "Gazeta do Povo", onde ao longo de 22 anos e sete meses, seu trabalho foi sendo valorizado e consolidado, ganhando mais espaço ao ser merecidamente transformado no Caderno de Turismo.

De personalidade marcante, integridade, tenacidade, paixão e verdade sempre foram características suas e que marcaram o exercício de sua profissão. Pois estes dons ela revela diariamente através de seu trabalho.

Pela comemoração de 30 anos de Colunismo sobre Turismo, receba a Jornalista da Gazeta do Povo, Rosy de Sá Cardoso, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Instituto de Educação Estadual Professor César Prieto Martinez, pela comemoração dos 75 anos de existência.

Este instituto é uma entidade de ensino de grande importância para o Município de Ponta Grossa.

Com muita luta e dedicação dos professores, diretores e funcionários, durante todos estes anos ajudou no crescimento e desenvolvimento da região, educando e formando cidadãos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos professores, funcionários e alunos, em nome do Diretor do Instituto de Educação Estadual Professor César Prieto Martinez, Senhor Antônio Josué Júnior, na rua Joaquim de Paula Xavier, 636 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao colunista Adail Inglês, do Jornal

Diário da Manhã, pela matéria vinculada em 04 de julho deste.

A referida matéria faz um apanhamento geral da política, em especial dos políticos do município de Ponta Grossa, contando histórias de cada um desde quando estes iniciaram suas carreiras.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao colunista Adail Inglês, do Jornal Diário da Manhã, na rua Balduino Taques, 890 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, bem como ao Secretário de Estado da Fazenda, Giovanni Gionédís, solicitando implantação, no Orçamento Geral do Estado, do "Programa Familiar 2000", conforme justifica.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Deputado subscritor do presente apresentou Emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano 2000, incluindo em várias Secretarias de Estado um Projeto/Atividade intitulado "Programa Familiar 2000", que seria posteriormente regulamentado por lei específica.

Infelizmente, por dispositivos legais, essa Emenda, de nº 02, não pode ser incluída na referida lei.

O presente requerimento propõe ao Governo do Estado e à Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pela elaboração do Orçamento, a inclusão do "Programa Familiar 2000" no Orçamento Geral do Estado, com uma nova ótica de tratamento da família paranaense, principalmente as mais carentes.

A proposta da Emenda apresentada visava incluir o "Programa Familiar 2000" em várias Secretarias de Estado, a saber: da Educação, da Saúde, da Criança e Assuntos da Família, do Emprego e Relações do Trabalho, da Justiça e da Cidadania, da Segurança Pública, destinando a esse programa um percentual entre 1% e 5% do valor global de suas dotações.

Embora o Estado do Paraná tenha uma Secretaria específica que atenda à criança e à família, há necessidade de maiores recursos de áreas específicas para atender necessidades dessas áreas.

Hodiernamente, em vista dos fatos ocorridos em vários segmentos da população, há necessidade de tratamento específico em todas as Secretarias de

Estado, visando melhor atendimento da família paranaense, principalmente das mais carentes.

O "Programa Familiar 2000", segundo a Emenda 002/99, teria como objetivo fundamental atender às necessidades das famílias, principalmente as mais carentes de recursos financeiros, em projetos que seriam desenvolvidos nas áreas da educação, da saúde, do trabalho, da cidadania, de segurança pública, visando um projeto global que atenda o bem-estar da criança, do adolescente, do idoso e da família em geral.

Para elucidar melhor a proposta, insere-se no presente requerimento cópia da Emenda 002 ao Projeto de Lei nº 190/99, bem como a justificativa da mesma.

REQUERIMENTO Nº 1611

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Jaime Lerner; aos Secretários de Estado: da Fazenda, Giovanni Gionédís e da Educação, Alcyone Vasconcelos Saliba, solicitando providências no sentido de regulamentar a Lei nº 11.721/97, que autorizou o Poder Executivo Estadual a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 11.721, de 20 de maio de 1997, autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, objetivando auxiliar as Prefeituras Municipais no transporte de alunos da Rede Pública Estadual.

As Prefeituras Municipais têm tido dificuldades financeiras em manter esse transporte, e as Câmaras Municipais têm endereçado requerimentos a esta Casa de Leis, no intuito de que os Deputados Estaduais participem dessa reivindicação junto ao Governo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente com votos de congratulações a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, pela passagem de 70 anos de sua instituição.

Sem dúvida alguma a Igreja Assembléia de Deus tem desenvolvido extraordinários trabalhos em favor dos menos favorecidos, assim como na difusão de valores espirituais e morais que muito

tem contribuído para a construção de uma sociedade humana e justa.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação de expressa manifestação de apoio a campanha iniciada pelo Jornal Gazeta do Povo, através de seu diretor jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, para que Curitiba possa sediar encontro de cúpula do MERCOSUL, no segundo semestre do ano 2000, quando o Brasil estará assumindo a presidência do bloco econômico dos países do Cone Sul.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, seja encaminhada correspondência do Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná ao Senhor Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores e ao diretor do Jornal Gazeta do Povo, jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Povo, tendo à frente o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho está iniciando campanha para que Curitiba possa sediar encontro de cúpula do MERCOSUL, no segundo semestre do ano 2000, quando o Brasil estará assumindo a presidência do bloco econômico dos países do Cone-Sul. Sem dúvida o Paraná, e mormente Curitiba, ocupam no cenário do MERCOSUL um papel de vital importância, não só por sua localização geográfica, mas sobretudo pela sua força econômica, cultural e histórica.

É necessário observar que as transformações ocorridas nos últimos anos, e o apoio decidido de um empresariado empreendedor e de um povo forte e capaz tem tornado Curitiba um verdadeiro centro de acontecimentos promissores. A mensagem de esperança nascida no chão fértil de brotado em forças e perspectivas, assim, nada mais lógico que atuar no sentido de adequar tal realidade local para um universo maior e igualmente promissor, como aquele da unidade dos países latino-americanos.

REQUERIMENTO Nº 1637

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Especial de Assuntos da Previdência, no sentido de que providências urgentes sejam tomadas para regular-

izar os contratos de prestação de serviços dos hospitais e estabelecimentos de saúde de Maringá e região que prestam atendimento ao Instituto de Previdência do Estado do Paraná - IPE.

A proposição objetiva proporcionar aos funcionários públicos mais garantia nos seus direitos, que há muito tempo, junto com toda a população assalariada, vem sofrendo as conseqüências de uma crise financeira que assola toda a Nação.

Requer ainda, que da decisão desta Casa de Leis, se dê ciência ao Vereador Cabo Zé Maria - Câmara de Vereadores de Maringá - Av. Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 1626

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Francisco Rocha - Bairro Batel, que pedem uma maior atenção do carteiro que faz as entregas nesta rua, tendo em vista que o mesmo tem entregue as correspondências nos endereços trocados. Desenvolve seu trabalho com muita pressa e ineficiência. Os moradores têm reclamado atrasos em suas contas pois os prédios foram trocados. Os zeladores têm feito este trabalho para evitar maiores transtornos. Solicitamos providências por parte da direção desse Correio com relação a esse ou esses carteiros, visando um melhor atendimento à comunidade.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1627

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Polícia Militar do Estado, no sentido de determinar policiamento ostensivo, no período noturno, na Escola Municipal Papa João XXIII, no Bairro do Portão. Muitos assaltos ocorrem aos estudantes e a presença de policiais intimidará a ação dos assaltantes proporcionando segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 02.08.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1632

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, reforçando solicitação de providências quanto ao caso de paralisação da APAE de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaratuba está enfrentando uma grave crise financeira, com salários atrasados, o que está impossibilitando a manutenção da escola aberta.

Preocupados com a situação, demos entrada em processo na Secretaria de Estado da Educação, solicitando providências, e que foi protocolado sob nº 4.157.094-6.

Isso posto, solicitamos dos nobres Pares, apoio desta Casa de Leis para o nosso requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1638

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando que determine a urgente regulamentação da Lei nº 11.721, de 20/05/97, que autorizou a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador José Eugênio Maciel, Digníssimo Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Campo Mourão à Rua Francisco Albuquerque, 1488, CEP: 87302-220.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 1635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, informações sobre o repasse de recursos às Instituições de Ensino Superior, conforme Termo de Autonomia, firmado entre o Governo do Estado do Paraná e as Instituições de Ensino Superior do Estado, em 18 de março de 1999.

O referido pedido se justifica pelo fato de que, embora o referido Termo de Autonomia, preveja recursos para despesas com pessoal, encargos sociais - parte em-pregado, custeio e investimentos, as referidas instituições não vêm recebendo o repasse de tais recursos conforme o ajustado. Como exemplo, cita-se o caso da Faculdade Estadual de Filoso-

fia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio - FAFI, que vem recebendo apenas as verbas de pessoal, constantes do acordo, ficando pendentes, desde maio, as demais verbas.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) HERMES FONSECA

Apoioamento:

Nereu Moura.

REQUERIMENTO Nº 1639

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações sobre a regulamentação do parcelamento de débitos das pequenas empresas previsto no Art. 26 da Lei Federal nº 9317 de 05/12/96, que "institui o SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte".

A solicitação tem por objetivo prestar orientação aos proprietários dessas empresas, estabelecidos na região noroeste, que preocupados com a atual crise econômica e com débitos de impostos procuram uma alternativa para saldar seus compromissos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos Vereadores José Eugênio Maciel, Digníssimo Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Campo Mourão à Rua Francisco Albuquerque, 1488 - CEP: 87302-220 e Silvio Gabriel Petrassi, Digníssimo Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Ariranha do Ivaí à Rua Londrina, 83 - CEP: 86880-000.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, à Mesa Executiva, cópia do Relatório da PARANÁ INVESTIMENTOS que se encontra nesta Casa.

O referido pedido se justifica pela necessidade de se tomar ciência das informações contidas naquele relatório, para que se possa exercer o múnus perspicuo do Mandato Legislativo, que é fiscalização dos atos do Poder Executivo. Tais informações foram encaminhadas a esta Casa através do Ofício nº 001/99, do Senhor Nelson T. F. Guimarães, Diretor Técnico da PARANAINVESTIMENTOS.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) PÉRICLES MELLO
HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1647

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, à Mesa Executiva, cópia do Demonstrativo de Alteração de Despesas realizadas em março e abril de 1999, bem como o referente a maio do mesmo ano.

O referido pedido se justifica pela necessidade de se tomar ciência das informações contidas naqueles documentos, para que se possa exercer o múnus perspicuo do Mandato Legislativo, que é fiscalização dos atos do Poder Executivo. Tais informações foram encaminhadas a esta Casa através dos Ofícios nºs 070/99 e 082/99, do Senhor Giovani Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) PÉRICLES MELLO
HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1645

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, à Mesa Executiva, cópia do relatório de prestação de contas do Poder Executivo, exercício de 1997, que se encontra nesta Casa, contendo balanço geral consolidado, da Administração Direta e Indireta, bem como parecer do Tribunal de Contas sobre tais contas.

O referido pedido se justifica pela necessidade de se tomar ciência das informações contidas naquele relatório, para que se possa exercer o múnus perspicuo do Mandato Legislativo, que é fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03.08.99

(aa) PÉRICLES MELLO
HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais da sessão Plenária de hoje, cópia do documento enviado ao seu Gabinete Parlamentar, relatando a situação crítica pela qual passam os trabalhadores ligados ao SINTRAPAV - Sindi-

cato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentos, Montagem, Obras de Terra planagem em Geral, Obras Públicas e Privadas, (Pontes, Portos, Canais, Viadutos, Túneis, Saneamentos, Ferrovias, Barragens, Aeroportos, Hidrelétricas e Engenharia Consultiva) e nas Empresas Concessionárias de Rodovias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.08.99

(aa) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais da sessão Plenária de hoje, o pronunciamento realizado pelo jovem coopera-tivista- Roque G. Mueller, por ocasião da abertura do 8º Encontro de Jovens Cooperativistas, realizado em Curitiba no último mês de julho.

Sala das Sessões, em 03.08.99

(aa) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 390/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná a Irmã Maria Firmina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Nascida em 15 de setembro de 1921 na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, Irmã Firmina Maria iniciou sua vida religiosa em 21 de janeiro de 1942, tendo exercido a profissão de professora no Colégio Cristo Rei, em Joaçaba-SC. Também foi professora de catequese em colégios estaduais e na Casa da Empregada em Florianópolis-SC.

Chegou na Cidade de Maringá em 05 de maio de 1966 e recebeu as chaves do Lar dos Velhinhos em 08 de maio de 1968. Desde então, Irmã Firmina tem realizado um trabalho extraordinário de dedicação aos idosos mais carentes da Cidade de Maringá, dedicação esta que se reverteu em favor dos

idosos, que têm sido tratados com todo carinho e dignidade.

Quando inaugurou o Lar dos Velhinhos de Maringá, a entidade possui apenas uma ala construída em madeira, onde eram assistidos os idosos. Hoje, as instalações comprovam todo trabalho desenvolvido.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a proposição que objetiva homenagear alguém que dedicou sua vida numa doação contínua a cada idoso que ali chega e a todas as pessoas que a cercam, recebendo-as com disposição, responsabilidade, fidelidade, carisma e principalmente com humildade e muito amor.

PROJETO DE LEI Nº 391/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Secretário de Estado da Fazenda autorizado a reduzir, mediante resolução, o valor percentual de ICMS cobrado na comercialização do feijão de 12% (doze por cento) para 7% (sete por cento).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.
(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 392/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Cruzeiro, com sede no Município de Cambira - PR e foro no Município de Apucarana-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.
(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Cruzeiro vem desenvolvendo ações de elevado teor social proporcionando benefícios para comunidade de Cambira e região, através da realização de eventos beneficentes com renda destinada às APAEs, entre outras atividades.

Já declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Cruzeiro, é caracterizada como referência de entidade filantrópica na região de Cambira.

Pelo exposto, solicitamos aos nobres Parlamentares Desta Casa de Leis, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 393/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná para o SR. Francisco Simeão Rodrigues Neto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.
(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 394/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Espírita Humberto de Campos, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.08.99.
(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita Humberto de Campos mantém a instituição denominada "Belém a Casa do Pão", onde a instituição pretende levar, além do alimento material, os ensinamentos cristão às crianças e adultos.

Em futuro próximo, o referido Centro Espírita, através da Casinha do Pão, pretende colocar à disposição da comunidade de Bela Vista do Paraíso cursos profissionalizantes, beneficiando pessoas carentes que vivem naquela localidade.

A Casa do Pão, mantida pelo Centro Humberto de Campos oferece ainda aulas de datilografia, grupo de gestantes (confeção de enxoval, orientações, higiene etc.), coral para crianças e aulas de alfabetização.

O trabalho desenvolvido pela referida instituição, apesar de bastante desenvolvido, necessita de

apoio do Poder Público, motivo pelo qual se faz necessária a declaração de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 395/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Sociedade Evangélica "O Bom Samaritano", com sede e foro, no município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Evangélica "O Bom Samaritano", que ora proponho que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 08/06/93. Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, da religião, de esporte e recreação, visando a recuperação integral da pessoa humana, registrada sob nº 585, livro A3, de pessoas jurídicas, inscrita no CGC/MF nº 73.242.588/0001-63, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, da cultura, do esporte e do lazer, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 396/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Beneficente "Água da Vida", com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente "Água da Vida", que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criado em 04.05.97, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a educação, da cultura, da religião, de esporte e recreação, visando a recuperação integral da pessoa humana, registrada sob nº 2599 livro A1, de pessoas jurídicas, e inscrita no CGC/MF sob o nº 02.644.739/0001-61, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, da cultura, do esporte e do lazer, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 397/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Civil Tommaso Reggio da Congregação das Irmãs de Santa Marta", com sede e foro na Cidade de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Civil Tommaso Reggio da Congregação das Irmãs de Santa Marta, em Ibiporã, evangeliza através da educação, ensino, promoção humana e social, dedicando-se também às obras beneficentes.

Mantém a Escola Santa Marta, cobrando mensalidade para despesas com salários, leis sociais, água, luz e telefone, sem que haja lucro, auxilia 30 alunos carentes, oferecendo bolsas de estudos,

presta atendimento ao Hospital Cristo Rei, no qual trabalham 6 irmãs da Congregação e coordena vários trabalhos junto à sociedade ibiporãense.

Por entender que esta Associação presta serviços relevantes ao município, atuando junto à comunidade na melhoria da qualidade de vida do ibiporãense, sem discriminação de sexo, idade, cor, credo religioso, político e condição social, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE EI Nº 398/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palotina, uma área de terras e benfeitorias nela existente, medindo 2.400,00 m², no perímetro urbano da Cidade de Palotina, registrada sob a matrícula nº 10.413, ficha nº 01, do livro nº 2, do Registro Geral, do Registro de Imóveis da Comarca de Palotina.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata, o *caput* deste artigo, será destinado a construção de um Complexo de Saúde.

Art. 2º - O referido imóvel fica gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei Municipal nº 577, de 04/12/1976, a Prefeitura de Palotina doou ao Estado do Paraná, um terreno, com área de 1.600,00m², localizado na Rua 15 de novembro, constante da quadra nº 41, do loteamento urbano da Cidade de Palotina, com o prédio ali existente com área construída de 316,20m², constante da matrícula nº 5.556, fls. 1, livro 2, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Toledo.

Que, também pela Lei Municipal nº 1.312, de 23 de maio de 1995, autorizou a Prefeitura Municipal de Palotina a doar ao Estado do Paraná, um terreno, com a área de 800,00m², constante de parte da quadra nº 41, do loteamento urbano da Cidade de Palotina, constante da matrícula nº 10.303, ficha 1, do livro nº 2, do Registro Geral da Comarca do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palotina.

Ambas as áreas doadas ao Estado do Paraná, destinavam-se a construção de um Fórum na Cidade de Palotina.

Posteriormente, os dois imóveis foram unificados, por fusão, recebendo a matrícula nº 10.413, ficha nº 01, do livro nº 2, do Cartório de Registro Geral, da Comarca de Palotina, conforme certidão em anexo, com área de 2.400,00m².

Atualmente, a área de 2.400,00m² e a edificação nela existente de 316,20m², encontra-se desativada, sem uso, pois não mais abriga o Fórum da Comarca.

Diante, da nova situação, nada mais justo, que a área doada ao Estado do Paraná, pelo Município de Palotina, retorne ao patrimônio municipal que pretende dar-lhe nova destinação, com a construção de um Complexo de Saúde, tendo em vista que, ao lado encontra-se o Posto de Saúde, conforme croquis.

PROJETO DE LEI Nº 399/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação de Apoio ao Dependente de Álcool e outras Drogas - ADAD, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, está de conformidade com os preceitos na Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978 e as suas alterações, estando portanto, em perfeitas condições de merecer a análise desta dought Casa de Leis.

A Associação de Apoio ao Dependente de Álcool e outras Drogas, do Município de União da Vitória, entidade sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para prestação de serviços sócios-comunitários, vem prestando relevantes préstimos aos moradores daquela região.

Em sendo assim, solicito o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para proposição que ora apresentamos, por se tratar de matéria justa, merecendo a sua declaração de Utilidade Pública no âmbito de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 400/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Ordem dos Cavaleiros de Saint Germain", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA "LITRO"

JUSTIFICATIVA:

A Ordem dos Cavaleiros de Saint Germain é uma instituição de estudos e técnicas de ensinamentos teológicos, esotéricos, espirituais, parapsicológicos e paranormais, sem nenhum vínculo religioso tais como: sessões espíritas kardecistas, de Umbanda, de Quimbanda, de Candomblé ou qualquer outra agremiação religiosa ou templo existente.

Tem por finalidade prestar auxílio a dependentes e viciados em drogas de qualquer tipo existente ou que venha a existir e a pessoas carentes de um modo geral.

A Ordem dos Cavaleiros de Saint Germain trata-se de uma instituição filantrópica e de acordo com o relatório de atividades anexo ao presente, as ações desenvolvidas pela Ordem estão sendo baseadas no resgate de pessoas através de estudos.

Portanto, por entender como justa a causa desta instituição e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 401/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Iguaçu, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Cruzeiro do Iguaçu entidade filantrópica fundada em 15 de novembro de 1997, mantenedora da Escola Especial "Viva Vida", sob a orientação dos membros da diretoria atual, vem desenvolvendo um excelente trabalho direcionado ao bem estar das crianças portadoras de deficiências do município e arredores, na sua maioria filhos de pequenos agricultores, pobres e sem recursos.

Tendo em vista o acima exposto, achamos ser a mesma merecedora da Lei de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 402/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido, no território do Estado do Paraná, alojar e/ou armazenar defensivos agrícolas tóxicos à saúde humana, aos demais seres vivos e capazes de causar danos ao meio ambiente, contrariando ao que prescreve a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 2º - Os defensivos a que se refere o artigo 1º desta Lei, só poderão ser comercializados para uso específico, e mediante receituário de engenheiro agrônomo, devendo ser anotados o nome do comprador e local (lavoura) a serem aplicados.

Art. 3º - A aplicação de agrotóxicos de modo geral, deverá ser orientada por técnico (agronômo), pertencente ao estabelecimento comercial do ramo, bem como do Estado e dos municípios, assim como o destino a ser dado ao vasilhame pertinente para que este não cause danos ao meio ambiente.

Parágrafo Único - No prazo de um ano da data desta lei, as atuais e futuras instalações e locais de armazenamento de defensivos agrícolas tóxicos, deverão ser adaptadas às especificações desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Inexiste em nosso Estado, legislação disciplinando o alojamento e/ou armazenamento dos defensivos agrotóxicos que afetam a saúde humana e dos seres vivos que devem ser preservados.

Esses produtos, inclusive, podem, quando não estiverem bem acondicionados ou guardados em locais adequados, provocar contaminação ambiental nociva à pessoa.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT tem diretrizes para a maneira correta de se alojar ou armazenar esses produtos, impedindo e evitando que os mesmos venham causar danos à saúde, à vida e ao meio ambiente.

Atualmente os estabelecimentos comerciais, lojas, armazéns e depósitos de agrotóxicos mantêm, na maioria dos casos tais produtos sem as proteções devidas, causando risco, à saúde das pessoas próxi-

mas desses produtos, tais como funcionários, empregados, vizinhos e os próprios clientes que acabam tocando e manuseando os mesmos.

Outro caso que merece toda a atenção é o local de depósito dos respectivos vasilhames, que de modo geral são jogados e expostos ao meio ambiente, cujos resíduos tóxicos podem causar danos, não só ao meio ambiente, mas também à pessoa e aos demais seres vivos, o que deve ser dado destino adequado e seguro.

Por todo exposto solicito de meus nobres Pares aprovação da presente proposta que vista preservar o maior patrimônio do ser humano que é a sua saúde e por conseguinte o meio ambiente.

PROJETO DE LEI Nº 403/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O pagamento de contas referentes a serviços públicos, poderá ser feito na data do recebimento do salário pelo servidor público estadual.

Art. 2º - O servidor público estadual, mediante apresentação de seu *hollerith* com data do recebimento de seus vencimentos, juntamente com a conta, independentemente da data prevista no vencimento, em qualquer agência recebedora, quitará suas contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

É fato notório que as contas referentes aos serviços públicos são expedidas com datas variáveis em cada mês, com a indefectível cobrança de juros fora do prazo.

Outro fato incontestável é que os servidores públicos estaduais não raro recebem seus vencimentos posterior à data do débito da conta, logicamente o saldo do débito não poderá ser feito em tempo hábil.

Pelo exposto e visando dar um alento à nobre classe dos servidores públicos estaduais, que vivem de seus salários, é que peço a aprovação desta proposição e espero contar com o apoio de meus nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 404/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a incluir no nível PG7, os professores que obtiveram certificado de especialização até 30 de julho de 1999.

Parágrafo Único - Os diplomas deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, com no mínimo 360 horas/aula, adotando como parâmetro a sua expedição a Resolução 12/83 do Conselho Federal de Educação.

Art. 2º - Após a data mencionada no artigo anterior, somente serão aceitos diplomas que observem o parágrafo único e estejam em conformidade total com a referida resolução federal.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação, dará amplo conhecimento e fará divulgação em todas as escolas da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei fundamenta-se pelo expressivo número de professores que fizeram o curso de especialização, a maioria em faculdades de Jaboticabal e Batatais (SP) e, receberam diploma com 360 horas/aula expedidos por estas instituições de ensino, onde estavam expressas as normas exigidas pela Resolução Federal, com os dizeres "adotando como parâmetro a Resolução 12/83 do Conselho Federal de Educação", no entanto, esses diplomas não foram aceitos pela SEED (Secretaria de Educação) para acesso dos professores a um nível salarial PG7.

A Lei Complementar 77/96, que acresce duas classes de vencimentos do pessoal do magistério, dispõe em seu Artigo 1º, § 3º que para acesso ao nível de formação Classe PG7 os professores deverão ter o curso superior - Licenciatura Plena mais curso de especialização na área do magistério com duração mínima de 360 horas.

Quase dois mil casos de reconhecimento dos diplomas estão pendentes e aguardam parecer da Procuradoria Geral do Estado, a tendência é que os pedidos sejam indeferidos pela Procuradoria por não atenderem as exigências da legislação federal e as determinações do Conselho Estadual de Educação.

Embora alguns cursos sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação, não cumprem a Resolução 12/83 e outras formalidades necessárias para certificar o grau de especialização aos professores paranaenses.

Depois de aceitos os diplomas, a Secretaria de Estado de Educação deve fazer uma ampla divulgação nas escolas no sentido de levar ao conhecimento dos professores a presente lei, para que eventuais problemas não ocorram novamente.

PROJETO DE LEI Nº 405/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Esta-dual a Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 03.08.99.

(a) **ORLANDO PESSUTI**

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que atende aproximadamente cem crianças na faixa etária de três a seis anos.

A referida entidade desenvolve um projeto educacional planejado por pedagogos, objetivando a formação integral das crianças atendidas.

A Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino, vem sendo mantida por doações de refeições realizadas por empresas e por pequenas contribuições de sócios colaboradores.

Em função do desenvolvimento de ações educacionais, entre outras de elevado teor social, solicitamos aos nobres Parlamentares desta Casa de Leis, o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

A Assembléia Legislativa, no dia de hoje, está realizando concurso para Taquígrafas de nossa Casa de Leis.

Gostaria de, antes de mais nada, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ressaltar a importância do trabalho desses profissionais no dia a dia de nossa Asembléia. Afinal, se nós podemos ter nas atas, nos arquivos escrito os pronunciamentos de parlamentares, os resultados de reuniões realizadas nas Comissões Permanentes, os resultados de audiências públicas e tantas e tantas outras atividades parlamentares, em muito, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, nós devemos a esses profissio-

ais que constantemente, sempre que necessário for, estão presentes, desenvolvendo uma atividade silenciosa, porém, que permite à Assembléia Legislativa do nosso Estado ter sua memória.

Fica aqui, portanto, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, em meu nome e em nome, tenho certeza, de todos os Deputados desta Casa, uma homenagem àqueles que conosco estarão num futuro próximo, ajudando os trabalhos deste Parlamento e que no dia de hoje executam a sua prova prática final para poder desenvolver as suas atividades.

Mas quero também, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, dizer a esta Casa que durante o período de recesso parlamentar, quando visitando os municípios do interior do Paraná pudemos encontrar o desejo de toda a categoria do Magistério do nosso Estado, de que a Assembléia Legislativa efetivamente dê curso a um projeto que aqui tramita, já aprovado em Regime de Urgência, que é o Plano de Carreira, Cargos e Salários da Educação.

Talvez tenhamos realizado, nos últimos dias das Sessões do primeiro semestre, uma das mais bonitas que esta Casa realizou, onde uma plena sintonia entre os Deputados aqui presentes e uma categoria imprescindível para a educação do nosso Estado compoendo as galerias buscaram, em conjunto, encontrar solução para a melhoria da educação do nosso Estado. E nós pudemos constatar, então, que todos os Parlamentares presentes naquela Sessão, assinaram um requerimento pedindo Regime de Urgência ao Plano de Carreira, Cargos e Salários da Educação. Esperávamos que a CCJ a Comissão de Constituição e Justiça, tivesse designado relator e votado ainda no primeiro semestre. Não o fez. Esperamos, portanto, Srs. Parlamentares, que logo no início do segundo semestre não venhamos frustrar a expectativa de tantos e tantos que aguardam a regularização de suas atividades.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em outras Sessões estaremos abordando sobre o assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência suspende a Sessão por 5 minutos para que convidemos a Dra. Noeli Manfredine de Almeida que irá usar o Grande Expediente, para falar sobre o primeiro Congresso Internacional de Direito Eleitoral e Partidário, oportunidade em que convido o Deputado Algaci Tulio para que faça a saudação e a apresentação da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sessão reaberta.

Temos a honra de receber o Desembargador Altair Patitucci, Presidente do Tribunal Regional

Eleitoral e a Advogada e escritora Noeli Manfredine de Almeida.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TULIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Meritíssimo Juiz Altair Patitucci, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem a honra de recebê-lo aqui nesta tarde e também à nossa companheira jornalista, advogada Dra. Noeli Manfredine de Almeida que é coordenadora do Tribunal Regional Eleitoral, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro Museu do Futuro do Brasil, e, que faz parte da comissão do I Congresso Internacional de Direito Eleitoral e Tributário.

Dr. Altair Partitucci, temos acompanhado constantemente pela televisão a sua atuação à frente do Tribunal Regional Eleitoral e merece todos os elogios desta Casa pelo fato de estar fazendo uma campanha de divulgação chamando o cidadão para o processo de cidadania eleitoral, convocando aqueles que têm ainda alguma dúvida com relação ao seu título de eleitor, incentivando o povo a buscar junto ao TRE, o processo da feitura do seu título de eleitor ou dúvidas que têm ainda com relação a isto. Quebra, Vossa Excelência uma barreira, um tabu dentro do próprio TRE que não era afeito a este tipo de trabalho.

Queremos parabenizá-lo e também cumprimentá-lo por que faz o TRE, através da urna eletrônica, um processo de facilidade do voto e o Paraná tem se destacado constantemente nesta área visto que as eleições aqui realizadas através da urna eletrônica já mostraram que o povo paranaense já assimilou este novo processo.

Senhor Presidente, ontem aprovamos nesta Casa um requerimento de minha autoria propondo para que a Dra. Noely M. de Almeida viesse a esta tribuna falar com os Senhores Parlamentares sobre a importância deste I Congresso Internacional de Direito Eleitoral e Partidário. É um fórum mundial e teremos a presença das mais ilustres personalidades da área política, pensadores políticos, pessoas que virão aqui como palestrantes de várias partes do mundo e que certamente para nós, cidade de Curitiba, para nós Estado do Paraná, é um orgulho muito grande sediar este Seminário que tem o apoio de diversos órgãos especialmente desta Casa, na pessoa do seu Presidente, Deputado Anibal Khury.

Destacamos que a Dra. Noely é autora de três livros, a exemplo do "Crimes eleitorais e outras infringências" e hoje o jornal "A Gazeta do Povo" estampa um artigo de sua autoria que fala "Tem

gente do futebol que diz que eleitor não sabe votar" É um artigo que merece uma profunda reflexão de todos nós, especialmente da classe política.

Por isso, Senhor Presidente, peço que o horário a partir de agora seja concedido à Dra. Noely.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Tenho a honra de conceder a palavra à professora e especialista em Direito Eleitoral, autora de livros, Noely Manfredine de Almeida.

A SRA. NOELI

Pediria apenas um minuto. Acho que em cinco minutos consigo colocar as minhas idéias.

Não vim aqui para fazer nenhum pedido; vim para cobrar dos senhores.

Estamos trazendo vinte e dois países para Curitiba para esse fórum mundial.

Estamos trazendo representantes do Legislativo, do Executivo e também da parte do Judiciário. Estamos trazendo representantes de todos esses países, de vinte e dois países, da América Central, toda a América Latina, da Suécia, do Canadá, de Portugal e da África, já que a Angola também está representada.

Então, gostaria da presença dos Senhores. Mais do que isto, os Senhores têm o folheto na mão, este folheto que foi colocado na mesa. Pediria que os senhores abrissem nesta primeira página. Tem a comissão organizadora aqui ao lado. Só quero mostrar aos senhores que isto não é congresso de tribunal eleitoral. É um congresso para todos nós, que temos interesse em trazer mais eleitores para o país e fazer com que esses eleitores fiquem um pouco mais motivados para votar. Se o tribunal precisa cadastrar eleitores vocês precisam cadastrar também filiados e além de filiados, os próprios cabos eleitorais. Aqui a comissão organizadora, só na comissão já mostra três tipos diferentes de modelos eleitorais, de sistemas eleitorais. No primeiro, na Presidência compartilhada, temos o Desembargador Altair Patitucci e temos também aqui a Dra. Rosa Maria... que vem da Nicarágua. A Nicarágua é um poder de estado. A Corte Eleitoral é um poder do Estado, ao lado do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Na Vice-Presidência nós temos ao lado do Dr. Ivan Gradowski que é o diretor geral do Tribunal Eleitoral e nós temos o Jean Pierre... que é do Canadá. O Canadá não tem Tribunal Eleitoral. É uma Comissão Eleitoral. E aqui na parte da coordenação geral, estou como Coordenadora do Tribunal Eleitoral e nós trazemos o Rodolfo...que é Ministro da Corte Eleitoral do Uruguai, onde o colegiado é composto com partidos, com representantes de partidos, da mesma forma que é no Chile e no Peru.

Portanto, estamos trazendo modelos e sistemas diferentes. Gostaria, se fosse possível, que vocês nos auxiliassem porque precisamos de inscrições e precisamos que vocês estejam presentes para que a gente não passe vergonha perante esses vinte e dois países de que representantes do Legislativo não estejam presentes, porque até agora só tenho os Deputados Algaci Tulio e Antonio Belinati inscritos neste Congresso e no caso, a Vice-Governadora Emilia Belinati.

Agradeço se vocês puderem preencher essa ficha. Para os Deputados vamos fazer um preço especial de 190,00 reais. Este é o preço que está sendo cobrado também para os representantes dos Tribunais Eleitorais. Se puderem, preencher e enviar para nós.

Muito obrigado e uma boa tarde.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Esta Assembléia agradece a presença do Desembargador Altair Patitucci, da advogada e escritora Noeli Almeida e da Terezinha Nacli, filha do inesquecível ex-Deputado Fuad Nacli.

Nós queremos dizer ao Desembargador Patitucci que esta Casa sente-se honrada com sua presença e louvamos o Tribunal Eleitoral do Paraná pelo trabalho que vem realizando no alistamento eleitoral do nosso Estado e esperamos que continue neste ritmo porque assim o Paraná será em breve um dos principais Estados, com um grandioso eleitorado.

Obrigado, Desembargador Patitucci.

Suspendo a Sessão por cinco minutos para que os senhores Deputados possam cumprimentar o Desembargador Patitucci, a Terezinha e a Noeli.

(**Suspensa a Sessão**)

Reaberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Horário das Lideranças: José Maria Ferreira, pelo PSDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a essa tribuna apresentar um requerimento de envio de pesar, pelo falecimento do Deputado Federal André Franco Montoro.

André Franco Montouro teve uma vida política bastante ativa: foi Procurador de Justiça no Estado de São Paulo, durante o período de 40 a 50; foi eleito vereador, em 1950; Deputado Estadual de 55 a 59; Ministro do Trabalho e Previdência Social do Governo João Goulart, entre os anos 61 e 62; depois, Deputado Federal, entre os anos 59, 71; senador, no período de 71 a 79; governador do Estado, no período de 83 a 87, sendo um dos cria-

dores das "Diretas Já", em 1984. Quando, no seu falecimento ocupava um mandato de Deputado Federal do Estado de São Paulo, eleito em 1995.

Franco Montoro deixa uma marca na história do País, como um político coerente, honesto e digno. Para ele os inimigos políticos ou os adversários deveriam ser tratados com o máximo de respeito. Líder obstinado pela causa democrática, lutou pela constituição e crescimento do regime democrático no Brasil, transformando o perfil do político do nosso País e participando da fundação do PSDB, em 1990. Sua memória merece ser respeitada sempre que possível com admiração, levando adiante os valores da sua nobre causa: manter a democracia, nesta que é a terceira democracia do mundo.

Por isso estamos apresentando esse requerimento. Solicitamos da Casa a sua aprovação.

Além disso, André Franco Montoro se destacou como um dos grandes políticos da democracia cristã. Trouxe uma nova visão social para a causa pública, especialmente quando, enquanto Ministro do Trabalho de João Goulart, institui o salário-família e o 13º salário aos trabalhadores brasileiros.

Sem dúvida nenhuma foi um homem que deixou atrás de si um rastro de dignidade, seriedade e competência. E o fez no governo de São Paulo, quando proporcionou uma das maiores transformações administrativas que o Estado de São Paulo conheceu, que foi a desconcentração das decisões administrativas do centro do poder, permitindo que um dos itens, que mais deu causa de popularidade.

Portanto deixamos de ter entre nós uma das mais brilhantes figuras da pátria brasileira e que merece o respeito desta Casa.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. **Orlando Pessuti**

Em nome da Bancada do PMDB nos somamos a Vossa Excelência na manifestação de pesar, em função da morte de André Franco Montoro. O Professor Montoro foi uma das figuras mais ilustres no período da redemocratização desse país. Já possuiu uma folha de serviço muito prestada à Nação brasileira que tão bem registrou Vossa Excelência, desde o Governo de João Goulart. Dentro do PMDB, no período da Ditadura foi ele uma das principais, senão a principal, liderança emedebista desse país. Uma pessoa que deixou na sua trajetória marcas positivas da sua ação política, comunitária, e administrativa. Certamente está perfilado ao lado de Ulisses Guimarães, Tancredo Neves e de outros grandes brasileiros desse período da redemocracia.

Em nome do PMDB manifestamos o nosso pesar pela morte de André Franco Montoro e cumprimentamos Vossa Excelência por essa iniciativa na tarde de hoje.

Muito obrigado!

JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte.

Vossa Excelência fez bem lembrar que dentro do MDB em que perfilava Ulisses, Freitas Nobre, Alencar Furtado e tantos outros, foram figuras ímpares para que pudéssemos hoje respirar esse ar de democracia e sobretudo o estado de direito que vivemos hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos me trazem à tribuna nesse início de período legislativo. O primeiro é relativo a Capital do Paraná.

Assisti dias atrás um programa na Rede Globo onde o Prefeito de Curitiba Cássio Taniguchi, fez uma exposição a respeito de um programa da Prefeitura Municipal da capital do Estado. Programa de Educação de Trânsito na Capital do Estado, que prevê a implantação de um sistema computadorizado e, através de câmeras de televisão e fiscalização do tráfego da nossa cidade.

O prefeito argumentou que, desde o período de maio até o final de julho passaram pelo monitoramento de veículos perto de 4 milhões de veículos. Isso significa o seguinte: como Curitiba tem perto de 600 mil veículos, o mesmo veículo passou várias vezes pelo monitoramento. Desses 4 milhões apenas 6% foram notificados, podendo receber a multa de 120 UFIR's.

O prefeito desenvolveu o seguinte raciocínio: 6% significa que a campanha de educação está tendo um resultado muito bom. Por isso a prefeitura e a URBS estariam tendo a boa idéia de prolongar o período ainda, de apenas notificar sem dar a multa, àqueles que transgredirem às normas.

Deputado Orlando Pessuti, 6% de 4 milhões de veículos, significam 280 mil veículos sendo notificados, isso num período de 4 meses, de 3 meses e meio. Duzentos e oitenta mil veículos sendo notificados a uma taxa de 118 reais por multa, significa o seguinte: que a Prefeitura de Curitiba, na realidade, pretende arrecadar com a média 5% a 6% de notificações em três meses e meio, perto de 30 milhões de reais.

Ninguém vai me convencer de que a manutenção da indústria da multa, não tenha um viés muito mais acentuado, do que o viés do ponto de vista da educação, e da inibição das pessoas em práticas que possam ser perigosas, no controle dos carros na cidade de Curitiba.

As vias rápidas foram feitas há mais de 20 anos na nossa cidade, para ter um tráfego mais ligeiro. Os índices de acidentes nas vias rápidas são as menores em relação a todas as vias públicas, da nossa capital. Principalmente, os acidentes com mortes se dão exatamente em áreas que são de atropelamento. E aonde que são as áreas de atropelamento? Fundamentalmente aonde passam ônibus, sobretudo, aonde tem grande adensamento populacional, aonde o comércio está instalado, as vias expressas aonde passam os ônibus expressos da nossa cidade.

Estive fazendo um teste, de que ao se trafegar a 60 Km/h, nas vias rápidas de Curitiba, vindo do aeroporto para cá, seja indo lá para o Pinheirinho, seja indo para o Campina do Siqueira, aqui para o Capão de Imbuia ou para Santa Cândida, enfim, qualquer das vias públicas da cidade, se quatro carros forem andar a 60 Km/h, no período de "rush" vai se formar o maior congestionamento de veículos na nossa cidade. Mas ainda, faz com que o motorista fique preocupado, ao não ultrapassar o velocímetro de 60 Km/h.

Será que a multa deveria ser punitiva ou pecuniária ao transgredir 60 Km/h, exatamente nas vias que há mais de 20 anos, do ponto de vista educacional, os motoristas da nossa cidade já estão tão habituados a tomar cuidado a não cruzar as vias rápidas? O Governo deveria fazer o seguinte, e que eu concordaria, vamos punir aquele que estiver andando sem cinto, pois aquele que estiver andando sem cinto, está realmente colocando a sua vida em risco, em qualquer tipo de acidente, dentro do seu veículo.

Trago esta reflexão, porque quero aqui trazer uma denúncia, ao movimento na cidade de Curitiba, que está denunciando a indústria da multa na nossa cidade. Esse movimento é feito por associação de moradores, grupos de usuários de veículos, partidos políticos e sindicatos.

Há questão de 15 dias atrás, assisti pela televisão também, não estava presente na capital do Estado, estava no litoral, mas assisti pela rede Globo, o fato de que a Polícia Militar, através de um mandado de busca e apreensão expedido por um juiz da cidade, a pedido do Prefeito da capital, Sr. Cássio Taniguchi, foi apreender panfletos e os abaixo-assinados, material de propaganda, na sede do PMDB, aqui na capital do Estado. Perto de 40 a 50 policiais militares praticamente invadiram a sede de um partido político da capital do Estado e,

não encontrando os objetos que foram buscar se dirigiram à “Boca Maldita” e lá estava sendo feita a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado. Com o propósito de fazer uma lei de iniciativa popular, que está sendo coletado por várias entidades e vários partidos políticos, solicitando o fim da indústria da multa na nossa cidade. objeto de discussão nessa Assembléia, no qual o Deputado Anibal Khury, o Deputado Ricardo Chab e outros, já se envolveram densamente no primeiro semestre deste ano.

Além de tentar prender um professor universitário e tentar impedir a coleta de assinaturas, um fato mais grave nos preocupa.

Porque o mandado de busca e apreensão foi expedido no dia 23 deste mês de julho, e o mandado de busca e apreensão constava de dois lugares aonde deviam ser buscados, o material de propaganda: primeiro, na sede do PMDB e depois dentro de dois veículos, com placa e nome dos veículos.

Uma Kombi do SINDISCON- Sindicato dos Empresários da Construção Civil, aqui na Capital do Estado do Paraná; de uma Parati, de placa ABA 6338, que é de propriedade do ex-vereador Doático dos Santos.

Pois bem, para surpresa nossa, isso aconteceu no dia 23. Não foi encontrado nenhum material.

O veículo não foi encontrado e os policiais acabaram sendo convencidos pelos populares, por causa da reação, a não fazer a apreensão lá na Boca Maldita e o prefeito Cássio Taniguchi, depois de ter feito uma pesquisa recentemente, viu que o problema da multa é algo que está machucando sua imagem, veio à televisão dizer que vai postergar e entrada da validade do novo código, da lavratura de multas, do ponto de vista pecuniário deu mais um mês de aprendizado.

Isso, em função de uma pesquisa popular que foi feita, não só dos seus baixos índices de aceitação na cidade, enquanto gestor da Prefeitura, mas sobretudo na questão da multa, não há um consenso na sociedade curitibana.

A maioria do povo curitibano é contra a indústria da multa. O Prefeito não contente com isso e aí vai uma dúvida muito grande, não sei se o serviço de segurança está envolvido nesse processo, mas o ex-vereador Doático Santos recebeu quatro telefonemas na casa de sua mãe, fazendo ameaças veladas à sua vida.

O mandado de busca foi no dia 23.

No dia 29, exatamente seis dias depois, o ex-vereador teve a sua Parati roubada. No dia seguinte foi encontrado o seu carro aqui na Vila Zumbi, completamente destruído.

O carro não foi roubado para ser revendido, nem para retirar o pneu ou o motor e mandar o motor ou as rodas para o desmanche.

O carro foi destruído completamente. Não há nada, não há uma porta no carro que possa ser usada. Quer dizer, há uma coincidência, há uma sincronicidade (nós chamamos assim em parapsicologia) de acontecimentos e fatos que nos levam a ter a seguinte preocupação de que talvez, algumas pessoas mal intencionadas estejam procurando deturpar o processo democrático que existe aqui na nossa cidade.

Por isso o ex-vereador está aqui presente e traz essa denúncia a esta Assembléia Legislativa e vamos nos reunir, assim que terminar a Sessão, nos reunir com o Presidente da Assembléia Legislativa e vamos solicitar à Secretaria de Segurança Pública, a proteção da vida do vereador Doático Santos, porque se esses métodos estão sendo utilizados e podem estar sendo utilizados, quando se trata de uma demanda política de contradição, do exercício do contraditório, com relação a algumas idéias postas em prática ou pelo poder público ou por algum setor da sociedade, não podemos permitir que esse tipo de método tenha vez na nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)
(Faz soar os tímpanos).

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, solicito o Horário do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Vou lhe dar o aparte. Só vou abordar rapidamente um outro assunto.

Vejo pela imprensa há dias, a falência da coligação “Novos Caminhos”. O Governador e os seus Secretários de Estado, levaram, pelas informações que estão nos jornais, o Estado do Paraná a um profundo colapso, ao maior colapso, da história política e econômica do nosso Estado.

Os relatos que tenho são os seguintes: A Secretaria dos Transportes, só ela - deve oitenta e oito milhões de reais, de atrasados.

A folha de pagamento e a receita, fecha todo mês, um teto de 40 ou 50 milhões a descoberto pelo governo do Estado do Paraná.

Nos meses de agosto e setembro, a receita líquida do Estado do Paraná, e os 13% que seriam para pagar as dívidas internas e externas do Estado do Paraná, ultrapassa os dezoito por cento. Vamos entrar na casa dos 20% do comprometimento da receita líquida do Estado do Paraná.

Vemos que o Senhor Giovani Gionédís não sai do Rio de Janeiro, de Brasília, para tentar a antecipação dos Royalties do Itaipu por 25 anos, para tentar conseguir um bilhão de reais, para pagar os setecentos milhões de estouro das contas do gov-

erno do Estado, nesse momento, e tentar ter quatrocentos milhões para pagar o 13º no final do ano.

Será que não é o momento - eu li pela imprensa - que a comissão de finanças está solicitando a presença do Secretário Giovani Gionédís para vir prestar esclarecimentos à Assembléia Legislativa.

Eu acho que esse requerimento não é só para a Comissão de Finanças.

Quero fazer uma sugestão, de que deve vir aqui, prestar esclarecimentos para o conjunto de Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Se a situação está neste pé, se o Governo do Estado tem que pedir emprestado 25 anos de antecipação dos "royalties" de Itaipu para socorrer, emergencialmente, as contas do Governo do Estado do Paraná, precisamos fazer talvez, uma CPI, uma auditoria geral sobre os gastos do Governo nestes últimos quatro anos.

É impossível que em quatro anos um Estado que tinha as suas contas, que tinha a sua realidade econômica perfeitamente equilibrada em relação a todos os Estados do resto do Brasil, apresente um quadro tão dantesco, que vem sendo noticiado pela imprensa nestes últimos dias.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Ângelo Vanhoni, quero cumprimentar Vossa Excelência pelas manifestações que faz da tribuna na tarde de hoje.

Em primeiro lugar pela agressão sofrida pelo nosso Partido, o PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido totalmente organizado, legalizado, com todo o respeito à legislação vigente no País, não poderia sofrer o tipo de agressão que sofreu nos últimos dias, em função de um trabalho que vem desenvolvendo, junto com a sociedade civil organizada e outros partidos no sentido de impedir a permanência da indústria da multa em Curitiba, e no sentido de, ao tentar impedir essa indústria da multa, coletar as assinaturas para um projeto de iniciativa popular.

A agressão sofrida pelo nosso Partido, o PMDB, já mereceu o devido repúdio através da imprensa, dos partidos políticos, que igualmente ao PMDB, se somam nesta luta contra a indústria da multa. Agora, não poderemos, como bem disse Vossa Excelência, permanecer calado quando, além desta agressão a um partido político que tem sede, está organizado, que está legalizado, que funciona regularmente, também pessoas físicas integrantes destes partidos passam a sofrer agressões, como é o caso do nosso companheiro Doático Santos, que teve o seu veículo roubado e destruído e começa a receber ameaças contra a sua integridade física.

Então, é importante que Vossa Excelência venha à tribuna em solidariedade ao nosso Partido e à causa democrática, manifestar esse seu repúdio também à agressão sofrida pelo PMDB.

E com referência ao assunto tratado na seqüência, que é a dificuldade financeira, talvez a situação trágica do ponto de vista financeiro que enfrenta o Paraná, estamos aguardando, sim, para amanhã, dia 04 de agosto, às 13:30 horas, na Comissão de Finanças a presença do Secretário Giovani Gionédís, já que um requerimento nosso sugerindo que ele fosse convidado para vir a esta Casa prestar contas acerca do endividamento do Estado do Paraná, foi por aquela Comissão aprovado e marcado o dia de amanhã, 04 de agosto para a vinda dele à Assembléia.

Vamos aguardar para verificar se ele vem ou não vem dar contas da situação financeira do Estado e se isso não acontecer, além de sugerirmos a convocação do Secretário a nível da Comissão de Finanças, tenho certeza que será oportuno fazer isso que Vossa Excelência está fazendo. Que o mesmo seja convidado, convocado ou que de livre e espontânea vontade, compareça nesta semana, ou na semana que vem, para dar contas da situação financeira do Estado, porque todos os números trágicos acerca da situação financeira do Estado e ausentar-se de uma explicação ao Poder Legislativo é fugir da realidade, é fugir da responsabilidade de quem ocupa um cargo desta importância.

Cumprimento Vossa Excelência pela solidariedade ao PMDB e pela posição firme e decidida no que diz respeito à vinda do Secretário para dar contas da situação financeira do Estado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Bom, recebo com apreço a manifestação do Deputado Orlando Pessuti, Líder da Bancada do PMDB. Não podia ser diferente, não é porque foi apenas o PMDB, atingido e um organismo democrático da sociedade brasileira foi ferido, fosse qualquer outro partido na mesma situação do PMDB, tanto o PMDB, quanto o PT estariam manifestando o seu repúdio pela ação desencadeada pela Prefeitura Municipal de Curitiba e pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado José Maria Ferreira, Líder do PSDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado, V.Exa. trás uma questão bastante importante sobre o respeito aos direitos e aqui vai a solidariedade deste Deputado e do PSDB à questão da invasão de uma sede de um partido legalizado e atuante. Isto não se justifica num momento democrático, num momento de tranqüil-

idade e normalidade ter uma brutalidade da forma como foi cometida contra o PMDB.

Quero dizer que, enquanto Presidente da Comissão de Finanças, sobre a convocação do Secretário Giovani Geonédís, que na última Sessão da Comissão dia 30/06, presidida pelo Deputado Beto Richa, foi aprovado, por sugestão do Deputado Orlando Pessuti, para que o Secretário da Fazenda estivesse aqui no dia 04/08. Já existia um prenúncio que não tínhamos mais como segurar diante da sociedade paranaense as reais dificuldades por que passava o tesouro do Estado. Na data de ontem, recebemos um comunicado do Sr. Secretário informando que estará amanhã em Brasília tratando de questões de interesse do Paraná e não se fará presente. Então, amanhã teremos uma reunião da comissão para reformular este convite pedindo que ele marque a data para vir à Assembléia, especialmente na Comissão, mas também entendemos oportuno que ele venha a Plenário porque é de suma importância que conheçamos a questão do Estado.

Não temos o balanço, como estabelece a legislação, dos últimos sete meses deste exercício. Não conhecemos onde foram gastos os recursos. Falta transparência e elementos para que esta Assembléia possa fiscalizar. E assim, a importância do Secretário da Fazenda nesta Casa trazendo informações para que possamos conhecer a realidade do quadro econômico do Estado do Paraná. Sei que é uma realidade de UTI mas precisamos conhecer até quando ele aguenta na UTI. Muito obrigado!

O SR. ANGELO VANHONI

Agradeço e quero dizer aos Senhores Deputados que a bancada do PT se reúne esta semana e formata um documento a respeito das finanças do governo do Estado do Paraná. E, a sugestão que caso o Secretário Giovani Geonédís não compareça, não preste os esclarecimentos à Assembléia Legislativa, a sugestão para o conjunto dos deputados, especialmente aqueles que exercem o papel de vigilância crítica na condução econômica do Poder Executivo, nós temos alguns passos a serem tomados e o primeiro deles é quer o conjunto da Bancada de Oposição e aqueles outros senhores Deputados que se interessem e achem necessária a transparência das contas públicas, em primeiro lugar façamos uma visita ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná solicitando dele todas as providências relativas a uma série de convênios estabelecidos entre o Poder Executivo e alguns organismos criados pelo Governo do Estado que sequer têm a mínima transparência e há uma série de indícios de problemas ocorridos na gestão dos recursos que foram repassados para estas entidades. Tais como: a PARANAESPORTE, ECO-

PARANA, PARANAINVESTIMENTO, PARANACIDADE e todos estes organismos que foram criados e não prestam contas para a Assembléia Legislativa e existem documentos que subsidiam que pode ter havido dolo e má fé na gestão destes recursos conveniados que o Estado repassou para estas entidades.

Então este seria o primeiro momento que os 14, 15 Deputados de Oposição fizessem uma visita ao Presidente do Tribunal de Contas, protocolassem este documento que a bancada do PT está formatando, vai apresentar aos Deputados de outros partidos, se necessário será emendado, será construído um novo documento com os números que temos, para solicitar ao presidente do Tribunal de Contas as providências em relação à transparência das contas do Governo do Estado do Paraná.

Caso o Poder Executivo se negue a prestar estes esclarecimentos a bancada do PT já tem mais ou menos aquilo que vai tentar brigar neste mês de agosto se a gente não tiver pelo menos do ponto de vista da transparência das contas públicas, alguma satisfação que possa, do ponto de vista da compreensão dos problemas e de onde surgiram os problemas econômicos, a bancada do PT já avisa aos companheiros da Assembléia Legislativa que vamos insistir na constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as contas do Governo do Estado do Paraná. Há indícios para apurar as contas do Governo do Estado do Paraná. Há indícios gravíssimos de má gestão pública do conjunto das secretarias do Estado do Paraná. Não será apenas um episódio. São vários episódios que nós estamos elencando de problemas ocorridos na gestão das finanças públicas do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Horário das Lideranças: PFL, PSDB, PTB, PDT, Liderança do Governo.

(Declinam)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Ofício nº 359/99 GL/PFL, subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, informando a Mesa desta Casa, que será membro da Comissão de Constituição e Justiça e como seu suplente será o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, em função da licença do Sr. Deputado Marcos Isfer. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expedi-

ente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva "Litro", constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/99, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Bela, no Município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo,

que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Janiópolis. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Municipais de Campo do Tenente - ASMUCAT, com sede e foro no Município de Campo do Tenente. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 315/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual Alberto Byington Junior, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a API Toledo - Associação de Apicultores de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/99, de autoria da Comissão Executiva. Ficam referendados os Decretos Legislativos nºs 09/99 e 10/99, que autorizam a Senhora Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado do Paraná, ausentar-se do país, com destino aos Estados Unidos da América e à França. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam referendados os Decretos Legislativos nºs 09/99, de 2 de julho de 1999, e 10/99, de 08 de julho de 1999, que autorizam a Senhora Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado do Paraná, ausentar-se do país, no período compreendido entre os dias 08 de julho e 02 de agosto do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América e à França a fim de tratar de assuntos par-

ticulares, sem qualquer ônus para o Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.07.99.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1609, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expe-diente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1639, de autoria da Senhora De-putada Serafina Carrilho, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1610 e 1611, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constantes do expe-diente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1612 a 1615 e 1644, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expe-diente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1620, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1621 e 1622, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados. (As matérias acham-se publicadas no final desta ata).**

Requerimento nº 1623, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1624, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1626 e 1627, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1631, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1632 e 1633, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expe-diente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1635, de autoria do Senhor Deputado Hermes Fonseca, com apoioamento do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expe-diente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1636, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1637 e 1638, de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constantes do expe-diente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1641 e 1642, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expe-diente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1650, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Deferido.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1653, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1645 a 1647, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Hermes Fonseca, Irineu Colombo e Ângelo Vanhoni, constantes do expe-diente. À Diretoria Legislativa, para fornecer cópias autenticadas, conforme requerido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 274, 321, 329, 334 e 363/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 03 DE AGOSTO DE 1999.

“Pronunciamento do Jovem Cooperativista
Roque G. Mueller”

Que sejam nossas primeiras palavras de agradecimentos. Agradecer a oportunidade de participar deste encontro e de poder altear a voz em nome da juventude cooperativista paranaense para saudar as autoridades ilustres que compõem a mesa de honra, o que fazemos na pessoa de João Paulo Koslovski, da OCEPAR - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Que bom, presidente, que neste fórum se contraria a afirmativa do saudoso dramaturgo patricio

Nelson Rodrigues de que “o jovem só pode ser levado a sério quando fica velho”.

Ao contrário, aceita-se que “a rebeldia é um traço saudável da juventude. Quando um pai e um filho nunca brigam é porque um dos dois não está levando uma vida normal”.

Senhores, muito obrigado! Sem dúvida, juntos, fazemos sempre melhor!

Os jovens somos eleitos como a esperança da continuidade e da renovação. Somos escolhidos como viajantes do futuro. Viajamos rumo ao sol para acalantar nossos sonhos e transformá-los em realidade.

Nos encontros de juventude, os organizadores têm a preocupação de trazer novos conhecimentos para que os jovens continuem não só as atividades que desenvolvem, mas também preparem-se para assumir a administração das próprias cooperativas.

Julgamos, entretanto, que são tarefas muito difíceis de se desincumbir em virtude do momento em que vivemos. Momento de grande turbulência em qualquer setor da economia.

Na agricultura, por exemplo, a gente trabalha duro. Com o braço e com o cérebro. Faz planejamento, adota tecnologias modernas, diminui o custo de produção e aumenta a produtividade. Mas, ao fazermos o balanço final da safra, parece que não valeu a pena.

É como assevera o presidente da CONAB, Benedito Rosa do Espírito Santo: “Preconceitos e equívocos fazem o país menosprezar a importância da agricultura, tendo-a como sinônimo de atraso econômico e cultural.”

A consequência desta insensatez é que os agricultores estão se descapitalizando, abandonando o campo, deixando de plantar alimentos.

De 1985 a 1996, registra o Censo Agropecuário do IBGE que reduzimos área de plantio de lavouras temporárias em mais de 9 milhões de hectares. Também as lavouras permanentes tiveram significativa redução.

Que pena! Quando mais precisamos aumentar, diminuimos. Estamos matando a galinha de ovos-de-ouro.

No mesmo período, o censo revela que houve um brutal desemprego no campo, que chegou a desocupar 5,4 milhões de pessoas. Embora seja um número alarmante, não mereceu a mesma atenção despertada pelas demissões de dois mil metalúrgicos, ocorridas, este ano, em uma importante montadora de veículos do ABC paulista.

Empobrecidos, acabrunhados, tristes, covardemente vencidos, vão os rurícolas engrossar os cinturões de miséria de cidade como a grande, progressista e elegante Curitiba, buscando novos horizontes e levando, muitas vezes, o desassossego e a insegurança.

Diante deste preocupante retrato, também sofrem as cooperativas dos agricultores. Sofre o Brasil. Sofremos todos nós.

Sabemos que muitas dificuldades são consequências da liberação comercial e globalização da economia. Como também sabemos que o protecionismo praticado pelos países ricos desequilibra a competição.

O que fazer para mudar este cenário de dificuldades? Qual será o melhor remédio? Será que temos que nos preparar para mudar a conduta anti-patriótica de alguns governantes e tecnocratas?

No sermão de Santo Antonio, prega o Pe. Vieira: “Quando os remédios não têm suficiente eficácia para curar as enfermidades é necessário curar os remédios para que estes curem os enfermos”.

É isto! Talvez tenhamos que “curar” os políticos para que em nossa pátria sejam festejados aqueles que produzem e não os especuladores. Para que, primeiramente, seja valorizado o que é nosso, o que é produzido no Brasil, e só depois o produto importado.

Desculpem, pois até aqui nossa mensagem foi de dúvidas e apreensão.

Mas nós sabemos de nossa responsabilidade e que devemos ser agentes de mudança. E até imaginamos que é por isso que fomos convidados para estar neste encontro de jovens agricultores cooperativistas.

A realidade econômica brasileira exige de cada um de nós constante atualização, para que possamos compreender melhor não só os negócios, mas as formas como produzir as mudanças que nos colocarão em igualdade de condição com os países desenvolvidos.

E nós temos convicção da relevância da agricultura para este país. É ela que vem garantindo trabalho para mais de 17 milhões de pessoas que vem minimizando, com repetidos superávits, o prejudicial déficit da balança comercial. Há muitos anos, o principal produto da nossa pauta de exportação é o complexo da soja.

A nossa primeira e inadiável tarefa é despertar o Brasil urbano para a importância do Brasil rural. Afinal todos temos fortes raízes na terra e por isso nos emocionamos com as coisas da natureza, principalmente com o milagre da germinação e multiplicação da semente.

Desculpem-me outra vez, mas precisamos falar a todas as gentes deste Brasil tão antagônico e tão belo que, por mais cosmopolita que paremos ser, na verdade somos todos um pouco sertanejo, um pouco caipira. Todos temos sentimento do agricultor e amor pela terra e seus frutos. Não podemos nos envergonhar disso.

Nossa homenagem, portanto, também é de esperança. De esperança e de apelo para que toda

juventude seja atuante em suas cooperativas, pois é através delas que podemos aprender mais, conhecer melhor as questões políticas e econômicas. Só unidos em nossa cooperativa poderemos arregimentar uma grande força capaz de realizar os nossos sonhos.

E “o mundo está nas mãos daqueles que tem coragem de sonhar e correr o risco de viver seus sonhos”.

Por fim, fazemos um apelo às cooperativas de todos os ramos e de todos os quadrantes desta pátria, marcada pela constelação do Cruzeiro do Sul, para que continuem acreditando e investindo na sua força jovem.

Nós não tememos a luta a ser travada e nem as transformações que delas advirão. Embora todas as dificuldades, Deus nos alimenta a certeza de dias melhores no novo século e milênio que se aproximam.

Sabemos que somos os viajantes do futuro. Do sol buscamos a luz para iluminar e o calor para aquecer os nossos sonhos juvenis.

Sim, somos viajantes do futuro. Viajamos de encontro ao sol. E ensina a inspiração da paranaense da querida Helena Kolody:

“Para quem viaja de encontro ao sol é sempre de madrugada”.

Muito obrigado!

Roque Gustavo Mueller - Cooperativa Agropecuária União Ltda. Coagru - Ubiratã - PR

Mensagem do Jovem empreendedor cooperativista
8º EJAP - Encontro de Jovens Coopertivistas do
Paraná 14, 15 e 16/07/99.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS
ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PES-
SUTI, EM SESSÃO DO DIA 03 DE AGOSTO DE
1999.

“Situação crítica pela qual passam os trabalhadores ligados ao SINTRAPAV”

SINTRAPAV

A capacidade do próprio sustento e o de sua família caracteriza, no ser humano, a essência de sua dignidade de viver.

Vivemos em um país marcado pela pobreza, que ostenta a fixação de um dos menores salários mínimos pagos no mundo, o que faz com que os níveis salariais aqui praticados sigam a mesma proporcionalidade.

Apesar disto e do insuportável número de desempregados ora verificado, seja por força do

avanço tecnológico, seja pela redução das atividades produtivas, sufocadas pelos juros praticados em nosso sistema financeiro, nos vemos, através de nossos representados, numa situação que atinge duramente a nossa dignidade, uma vez que impedidos de viver decentemente pela incúria governamental no trato das finanças públicas.

Nossos Empregadores, em esmagadora maioria, mantêm a sua atividade vinculada à realização de obras públicas, contratadas mediante processo licitatório, decorrentes de prévia previsão orçamentária.

A previsão orçamentária do gasto e a realização da receita são, sem sombra de dúvidas, pressupostos essenciais para a devida contratação. A observância destes requisitos é obrigação do Poder Executivo, gestor nos negócios do Estado.

Todavia, a Categoria Profissional que representamos, reduzida que foi pelos fatores conjunturais já aludidos, enfrenta agora a situação de defrontar-se com a falta de salários, o que vem ocorrendo ao longo dos meses, motivada, comprovadamente, pela inadimplência do Governo do Estado, que desde agosto de 1998 (confirmado por Procurador do DER, em audiência na DRT/PR), não paga pelos serviços que já lhe foram devidamente prestados pelas Empresas, que são as nossas empregadoras.

Os Trabalhadores, com meses de salários atrasados, estão sendo objeto de ações de despejo de suas moradias, deixaram de ter crédito para a compra de gêneros alimentícios nos “armazéns” que os forneciam, estão submetidos a terem a energia elétrica e a água que consomem em suas residências cortadas pela falta de pagamento, além de serem submetidos aos escorchantes juros incidentes sobre as suas obrigações que, via-de-consequência, também não estão sendo cumpridas.

Pressões de movimentos paredistas sobre os Empregadores apenas resultaram na paralisação dos serviços e demissões em massa, estas também não quitadas, o que determina sejam encaminhadas para a Justiça do Trabalho, assoberbando ainda mais a sua pauta, que já demora anos para proporcionar solução às aflições decorrentes do não recebimento da verba alimentar que é o salário.

Mostra-se, pois, injustificável esta inadimplência do Governo do Estado, em relação à despesas devidamente autorizadas, penalizando, no último elo da cadeia produtiva, o mais humilde trabalhador que se vê privado da capacidade de dar sustento à sua família. É o Estado retirando a dignidade de vida do Trabalhador.

Assim, resta-nos apelar a Vossa Excelência o empenho no sentido de que se busque forma de garantir, no mais breve espaço de tempo, a **sobrevivência** dos Trabalhadores que não vêm recebendo

os seus salários, uma vez que seus Empregadores, credores do Estado do Paraná, não vêm recebendo pelos serviços que, devidamente autorizados, já foram executados com o esforço dos Trabalhadores que representamos.

No aguardo de providências que, é de nossa esperança sejam tomadas por Vossa Excelência, apresentamos os nossos protestos de estima e consideração e subscrevemo-nos.